



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**KARINA LEITE CAVALCANTE**

**INCLUSÃO: Possibilidades e desafios na Educação Infantil**

**GUARABIRA 2022**

KARINA LEITE CAVALCANTE

**INCLUSÃO: Possibilidades e desafios na Educação Infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso ou Dissertação ou Tese apresentada ao Programa de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licencianda em Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação Especial e Inclusiva

**Orientadora:** Profa. Ma. Elizangela Dias Santiago Fernandes

**GUARABIRA 2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C377i Cavalcante, Karina Leite.  
Inclusão [manuscrito] : possibilidades e desafios na educação infantil / Karina Leite Cavalcante. - 2022.  
48 p. : il. colorido.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.  
"Orientação : Profa. Ma. Elizangela Dias Santiago Fernandes, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Ensino Infantil. 2. Educação Especial. 3. Educação Inclusiva. 4. Crianças. I. Título

21. ed. CDD 372

KARINA LEITE CAVALCANTE

**INCLUSÃO: Possibilidades e desafios na Educação Infantil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação Especial e Inclusiva.

Aprovada em: 30/03/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

*Elizângela Dias Santiago*

Profa. Ma. Elizângela Dias Santiago Fernandes (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Márcia Gomes dos Santos Silva*

Profa. Ma. Márcia Gomes dos Santos Silva (Examinadora)  
Faculdades Integradas de Patos (UNIFIP)

*Francineide Batista de Sousa Pedrosa*

Profa. Ma. Francineide Batista de Sousa Pedrosa (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me ajudar a enfrentar todos os obstáculos que apareceu no decorrer de todo o meu percurso acadêmico. Como também por ter me dado forças todos os dias para seguir o meu sonho, pois foi Ele que me sustentou e me guiou. Sou extremamente grata por tudo que Ele fez em minha vida.

Agradeço a minha querida orientadora Elizangela por ter me ajudado a enfrentar as diversas dificuldades, como eu sempre falo Deus coloca pessoas certas em momentos certos nas nossas vidas, então a Senhora foi um presente especial Dele para eu, só tenho a agradecer pela dedicação, apoio, incentivo e responsabilidade diante de todo esse processo.

Aos meus pais, Marinalva e Glaucemy, obrigada por sempre se fazerem presente e por sonhar comigo e acreditar tanto em mim, mas também por não deixar eu desanimar e prosseguir a caminhada até alcançar meus objetivos. Em especial, a Mainha sempre ter uma palavra de incentivo e sempre me mostrar que Deus sempre esteve no controle de tudo e a Painho por fazer possível todo o meu sonho e mesmo cansado se fazer presente todos os dias nas minhas idas e voltas da faculdade.

As minhas queridas irmãs, Kallyny e Jessyca por serem um dos maiores incentivos para que eu busque o melhor, serei eternamente grata por sempre estarem ao meu lado me impulsionando a realizar meu desejo, sem dúvida vocês são fundamentais para o meu crescimento.

A toda minha família, em especial, minhas tias Maria Luciane e Cleidejane queridas, ao meu tio Tadeu e a minha amiga Dinha, que contribuíram diretamente e indiretamente para que eu pudesse realizar meu objetivo, gratidão por todas as palavras ditas, por todo amor e cuidado dedicado a mim.

Ao meu namorado, Walison, por todo apoio nos momentos que mais precisei de um incentivo, uma boa conversa que me animasse sobre tudo que conquistei e evolui com os anos para prosseguir nessa caminhada, como também por sempre me animar a continuar seguindo o meu sonho.

A minha amiga, Elielma, gratidão por todo companheirismo durante todos esses anos e por sua amizade que foi fundamental para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Como também aos demais amigos e companheiros de turma pela união

todos tiveram papel essencial para meus aprendizados, obrigada a todos por todo ensinamento e amizade.

Agradeço aos professores por cada história e ensinamento compartilhados, ficaram marcados em meu coração todos os momentos.

## RESUMO

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva é uma modalidade, na qual as instituições de ensino regulares oferecem ao indivíduo com deficiência, proporcionando o direito deles frequentarem e usufruírem do mesmo espaço e oportunidades. Essa modalidade visa a eliminação das diversas barreiras no ensino aprendizagem e na plena participação desses estudantes no processo educacional. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo geral analisar na Revista de Educação Especial as possibilidades e os desafios da inclusão para a primeira etapa da Educação Básica. O aporte teórico dessa pesquisa foi: Radabaugh (1993), Oliveira (2000), Fávero (2004) e Salgado (2006). Dessa forma, partimos de uma abordagem qualitativa em educação, que teve como respaldo a pesquisa bibliográfica. A fonte escolhida foi a Revista de Educação Especial, e delimitamos como marco temporal os anos de 2015 a 2021. Com isso, 26 pesquisas fizeram parte do nosso *corpus* de análise, pois elas tratavam sobre a inclusão de bebês ou crianças de até 5 anos em creches e pré-escolas. Na revista analisada, apesar da quantidade de pesquisas que tratam da inclusão no campo infantil ser limitada, os dados evidenciam a importância de incluir as crianças desde cedo nas escolas, para que consigam ter um desenvolvimento integral. Além disso, os resultados evidenciaram várias metodológicas e recursos que podem ser utilizados no primeiro nível de ensino. Contudo, esta pesquisa aponta à necessidade de mais investigações abordando as temáticas que são pouco investigadas, a saber: o brincar na inclusão de crianças com deficiência, bem como a utilização de recursos para deficientes físicos e as questões que relacionam o professor, a família e a criança deficiente. Sendo assim, esta pesquisa nos ajudou a compreendermos acerca das questões que perpassam a inclusão de crianças na educação infantil. Bem como a importância de recursos e de parcerias para que aconteça uma boa efetivação da proposta pedagógica na primeira etapa da educação básica de forma inclusiva.

**Palavras-Chave:** Ensino infantil; Educação Especial; Educação Inclusiva; Crianças.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b> - Quantidade total de pesquisas publicadas na Revista de Educação Especial.....	29
<b>Gráfico 2</b> - Quantidade dos trabalhos relacionados com o objeto de estudo.....	30
<b>Gráfico 3</b> - Distribuições das pesquisas em âmbito nacional e internacional.....	31
<b>Gráfico 4</b> - Distribuição dos trabalhos nas categorias.....	32

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 TRAJETÓRIA SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 AVANÇOS NA INCLUSÃO ESCOLAR.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR.....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>23</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>29</b>
<b>4.1 Eixo I: Importância da inclusão para as crianças.....</b>	<b>32</b>
<b>4.2 Eixo II: A criança e a família na inclusão escolar.....</b>	<b>34</b>
<b>4.3 Eixo III: O professor e a criança no contexto de inclusão.....</b>	<b>36</b>
<b>4.4 Eixo IV: O brincar na educação infantil.....</b>	<b>38</b>
<b>4.5 Eixo V: Recursos para o desenvolvimento da inclusão infantil.....</b>	<b>40</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A escola hoje é um ambiente multicultural, com isso, torna-se responsável pelo desenvolvimento dos indivíduos e o processo de aprendizagem deve ser contínuo. Atualmente, a conquista pelo direito à educação contempla todos os sujeitos, desde a Educação Básica até a Educação Superior. Assim, como ressaltam diversas leis de nosso país, a educação é um direito de todos, independentemente de quem seja. Em virtude de que “[...] todos são capazes e têm o direito de aprender” (SALGADO, 2006, p. 60). Logo, a Educação Especial na perspectiva inclusiva mobiliza-se para atender todas as pessoas com deficiência e a presença dessas crianças e adolescentes tende a impulsionar diversas mudanças no âmbito escolar, dentre elas, o desenvolvimento deles e de todos que trabalham na instituição.

A educação inclusiva tem como perspectiva alcançar todos da mesma forma, com intuito de valorizar as diferenças e proporcionar igualdade de oportunidades independente das suas particularidades. Nesse sentido, a educação inclusiva visa proporcionar, quando for preciso, um apoio especializado em escolas, centros especializados e salas (BRASIL,1996). Por isso, é essencial pensarmos na importância da inclusão escolar na vida das pessoas com deficiência e quais as dificuldades e possibilidades que esses sujeitos enfrentam ao longo de seu desenvolvimento pessoal na escola. De acordo com a Lei nº 13.143 de 6 de julho de 2015, que versa sobre a Pessoa com Deficiência, o sistema educacional foca no avanço ao longo da vida, em especial, no desenvolvimento de suas habilidades. Tornando dever da família, Estado e da sociedade assegurar o acesso e permanência nas instituições, mas é prescrito inclusive que as escolas terão que se transformar começando pela sua estrutura até seus métodos.

Há 16 anos estava no Ensino Fundamental e tive o primeiro contato quando a escola, na qual estudava, passou a receber estudantes com deficiência. A princípio, fiquei receosa por ser algo novo, mas com um tempo, tudo se normalizou, pois passei a entender que todos os indivíduos deveriam ter direito e acesso à educação. O entendimento acerca da Educação Especial ganhou novos contornos, ao longo da graduação em Pedagogia, quando cursei a disciplina de Educação Especial e Inclusiva, a partir desse momento, comecei a conhecer quais eram as perspectivas, lutas por direitos, os avanços e o seu contexto histórico. Essas experiências proporcionaram-me um olhar diferente até os dias atuais e passei a refletir sobre a

real importância da efetivação dessa modalidade na instituição, bem como os benefícios que todos os sujeitos devem desfrutar. Assim, surge a nossa pergunta de pesquisa, a saber: Quais as possibilidades e os desafios da educação especial na perspectiva inclusiva para a primeira etapa da Educação Básica? E, como pergunta secundária, temos: O que a Revista de Educação Especial aponta sobre a inclusão na Educação Infantil?

É importante refletirmos acerca das possibilidades e dos desafios da educação especial na perspectiva inclusiva, pois esse pensamento reverbera como uma garantia para reforçarmos o direito à diferença e à igualdade nas escolas. Tal fator, contribui para a diminuição do preconceito e da discriminação. Pois, a escola deixa de ter um padrão de perfil de alunos que a frequenta, mas passa, a partir da perspectiva inclusiva, à inserção de discentes diversificados. Com isso, a escola tem a necessidade de reestruturar o ensino-aprendizagem com novas estratégias que atenda a todos igualmente.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEIs, a criança começa a adquirir seus conhecimentos através de suas vivências e no convívio com outras pessoas. Diante disso, fica perceptível que cada criança tem sua particularidade e o desenvolvimento será resultado do seu estar na sociedade interrelacionada com o mundo (BRASIL, 2009). Com isso, fica perceptível a necessidade das instituições no atendimento às crianças, levando em consideração as suas especificidades, a fim do favorecimento do desenvolvimento integral.

A inclusão na educação infantil é fundamental, pois é o início de várias descobertas e experiências para as crianças. Por isso, a escola precisa incentivar a interação de alunos com deficiência com as outras crianças, professores e a comunidade, bem como o desenvolvimento de atividades, que busquem a melhor forma de relacionar a todos no processo de aprendizagem, aos cuidados com a segurança, higiene, alimentação, etc. Buscando eliminar a desigualdade e trazer maior conhecimento a todos os envolvidos.

Por isso, é importante salientar o quanto torna-se preocupante que escolas não consigam assegurar que as crianças e os adolescentes tenham uma educação de qualidade (NASCIMENTO, 2014), principalmente, quando se pensa nas condições de infraestrutura e didático-pedagógica. Portanto, pensar na qualidade do atendimento para os estudantes com deficiência insere no debate vários aspectos, bem como:

qualificação dos profissionais, apoio por parte do estado e da família, acessibilidade e infraestrutura.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar na Revista de Educação Especial as possibilidades e os desafios da inclusão para a primeira etapa da Educação Básica. E, como objetivos específicos tivemos os seguintes:

- 1- Compreender como a inclusão de crianças com deficiência é contemplada na Revista de Educação Especial;
- 2- Apontar as possibilidades da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil;
- 3- Identificar os desafios que são enfatizados pelos autores que tratam sobre crianças com deficiência para a promoção de uma educação inclusiva na primeira etapa da Educação Básica.

No sentido do estudo metodológico o seu desenvolvimento surgiu, por meio de um estudo bibliográfico que permitiu a análise da Revista Educação Especial. Utilizamos como marcadores algumas palavras/expressões, a saber: educação infantil, pré-escola, creches, bebês e crianças de 0- 5 anos de idade. E, o marco temporal delimitado foi de 2015 a 2021. Nesse sentido, localizamos 26 trabalhos que falam sobre as possibilidades e os desafios da inclusão para a primeira etapa da Educação Básica.

Assim, nosso trabalho está estruturado da seguinte forma: a introdução, o referencial teórico, a metodologia, a análise dos dados, resultados e a conclusão. Na introdução, abordamos de modo geral o apurado de toda pesquisa, além de realçar a motivação para pesquisar os desafios e as possibilidades de inclusão na educação infantil como também e os objetivos (geral e específicos). O referencial teórico será dividido em quatro seções: a primeira seção relata a **Trajetória Social da Pessoa com Deficiência**, no qual foi discutido todas as fases que a pessoa com deficiência passou desde a exclusão até a inclusão; a segunda seção **Avanços na Inclusão Escolar**, que tratou da definição da educação inclusiva e os ganhos estabelecidos por leis, em seguida, tratamos na terceira seção os **Desafios e Possibilidades na Inclusão Escolar**, que apresentou várias formas para que a inclusão aconteça e ao mesmo tempo trazendo a realidade atual, por fim, **Educação Inclusiva e a Educação Infantil**, que mostrou a importância da educação inclusiva na infância de crianças com deficiências.

Na metodologia trazemos a descrição da pesquisa bibliográfica, a qual relata o detalhamento da execução da presente pesquisa. Enquanto na análise e discussão dos dados, percebemos que existem poucas pesquisas sobre a inclusão de crianças de 0 a 5 anos com deficiência, por meio disso, buscamos extrair as informações com muito cuidado e atenção. Nesse sentido, evidenciamos cinco categorias, a saber: importância da inclusão para as crianças; a criança e a família na inclusão escolar; o professor e a criança no contexto de inclusão; o brincar na educação infantil e os recursos para o desenvolvimento da inclusão infantil.

Assim, os resultados nos surpreenderam, por mais que existam poucos trabalhos relacionados com o nosso objeto, esta pesquisa aponta à necessidade de mais investigações abordando as temáticas que são pouco investigadas, a saber: o brincar na inclusão de crianças com deficiência, bem como a utilização de recursos para deficientes físicos e as questões que relacionam o professor, a família e a criança com deficiência. Sendo assim, esta pesquisa nos ajudou a compreendermos acerca das questões que perpassam a inclusão de crianças na educação infantil, bem como a importância de recursos e de parcerias para que aconteça uma boa efetivação da proposta pedagógica na primeira etapa da educação básica de forma inclusiva. Nas considerações finais, fazemos uma finalização da pesquisa na qual enfatizamos os resultados e apontamos novas pesquisas.

## 2 TRAJETÓRIA SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Falar da pessoa com deficiência é fundamental para compreendermos quem ainda precisa ser incluído em nossa sociedade, desse modo, entende-se que a deficiência é uma limitação física, mental, intelectual ou sensorial que dificulta a plena participação social. Assim, para conhecer a trajetória desses indivíduos precisamos entender o processo dessas pessoas, destacando a forma que eram tratadas.

Segundo Blanco (2003):

Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a idéia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (BLANCO 2003, p. 72).

Esse tratamento dado aos “diferentes”, como eram chamados, tornou normal o ato de viver rejeitando essas pessoas do convívio social por não seguir um padrão estabelecido pelo povo, juntamente com a igreja, pois considerava-os demônios e por isso, deveriam ser condenados e punidos.

Partindo desse fato e do ponto de vista histórico do atendimento às pessoas com deficiência podemos captar a desigualdade que a exclusão criou na vida desses indivíduos, no qual pode-se compreender que não era tolerado uma pessoa com deficiência e o preconceito era passado sempre para as próximas gerações, como uma tradição, tornando um ciclo vicioso de discriminação. De acordo com Oliveira (2000) [...] o caminho que leva à construção desta sociedade implica um processo gigantesco de educação, e não apenas a educação entendida no sentido da transmissão do conhecimento” (OLIVEIRA, p. 181, 2000). Nesse sentido, a educação é algo essencial que contribui para a vida de qualquer indivíduo, melhorando suas competências e o desenvolvimento das habilidades, auxiliando na sua formação como participante de uma sociedade.

A luta por conquistas de direitos sociais não é recente e para entender o real significado dessa busca, por igualdade de direitos. É preciso entender quais as necessidades desses sujeitos diante da realidade atual e o que deverá ser adaptado

para que sintam-se seguros e reconhecidos como atuantes da sociedade. Ao longo dos anos ocorreram grandes avanços para garantir o direito à igualdade, em especial, ao apoio das pessoas com deficiência torna a luta por igualdade real até os dias atuais. Desde que surgiu a garantia ao direito à liberdade de expressão, à vida e ao pensamento, essas pessoas conseguiram ganhar espaço na sociedade.

O atendimento da pessoa com deficiência teve várias etapas iniciando-se pela exclusão, na qual as pessoas não tinham nenhum tipo de direito. De acordo com Blanco (2003), esse período é anterior ao século XIX e corresponde a chamada de fase da exclusão, em que a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Desse modo, as pessoas com deficiência eram abandonadas pelas famílias; e, conseqüentemente, todas as pessoas que não conseguiam se desenvolver e ter comportamentos padrões, muitas vezes, eram condenadas à morte por enforcamento ou queimadas.

Diante da realidade estabelecida anteriormente, na fase de exclusão sempre existiu um padrão uniformizado de pessoas e a escola para todos era apenas uma esperança. Posteriormente, começa a haver algumas mudanças no sistema educacional conhecida como segregação, na qual as pessoas com deficiência eram direcionadas às instituições específicas para pessoas com deficiência e os alunos sem deficiências para as escolas regulares. Essa fase possibilitou que essas pessoas conseguissem ter um acompanhamento de qualidade, mesmo que fosse especificado e diferenciado.

No século XVII, os deficientes, principalmente os com deficiência mental, eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais. Esses internatos acolhiam uma diversidade de sujeitos com patologias distintas, alguns deficientes, outros doentes (AMARAL, 2001, p. 32).

Desse modo, surgiu uma pedagogia especializada e institucionalizada que tinha o poder de separar os indivíduos de acordo com o diagnóstico, por meio disso, as escolas especiais se multiplicaram, ao longo dos anos, por terem um programa próprio para as pessoas com cegueira, surdez, etc, mas diferenciando-o do ensino regular. Sendo assim, a partir da década de 70 compreendia-se através da realidade dessas escolas especializadas que o lugar das pessoas com deficiência não era separado do convívio da escola regular.

Desse ponto, surge a fase de integração em 1970, a qual irá desenvolver um ensino específico na instituição regular. Os pais começaram a reivindicar um espaço para que seus filhos com deficiência pudessem ter direito ao ensino regular; e, os profissionais da educação também fizeram parte desse processo.

Conseqüentemente, essa mobilização resultou no direito à educação gratuita para todas as pessoas, mas em salas específicas que auxiliam o aluno no seu aprendizado independente de suas distintas capacidades.

Os alunos com deficiência foram incluídos nas escolas, mas em salas específicas para o seu desenvolvimento. Com isso, fica entendido que a inclusão não aconteceu de forma correta e as instituições não conseguiam atender todos os requisitos para a promoção da igualdade e plena participação desses alunos. De acordo com Fávero (2004, p. 38) “a sociedade admite a existência de desigualdade social e, para reduzi-las, permite a incorporação de pessoas que consigam adaptar-se, por méritos exclusivamente seus”. Logo, entende-se que em todo contexto escolar, os estudantes precisaram adaptar-se à escola.

Por fim, destaca-se a fase da inclusão escolar que vem proporcionando às pessoas com deficiências o mesmo direito à educação. Dessa vez, em salas regulares, nas quais todos aprendem a se desenvolver juntos nessas classes, sem nenhum tipo de separação e o ensino-aprendizagem contará com apoio de um profissional que, quando necessário, auxiliará os estudantes com deficiência.

Essas mudanças foram e são significativas para a evolução da nossa sociedade, isso não mostra que a realidade seja perfeita, mas proporciona o amadurecimento social de todos e o direito à educação das pessoas com deficiência, permitindo o entendimento que independente de sua especificidade o ser humano é capaz de aprender e se desenvolver. As fases mencionadas anteriormente, contribuíram para o processo de novas oportunidades e um melhor desenvolvimento desses sujeitos, proporcionando experiências que contribuem para o futuro.

## **2.1 AVANÇOS NA INCLUSÃO ESCOLAR**

A inclusão se estabelece como um direito social básico previsto por vários documentos legais e normativos, visando que todas as pessoas tenham direito de ter participação ativa na sociedade. Com isso, constitui-se por diversas possibilidades

para a melhoria de vida dos estudantes que tenham deficiência, sendo capaz de garantir e proporcionar equidade perante as limitações e as barreiras existentes no convívio. Ou seja, incluir também simboliza respeito às diferenças e o oferecimento de oportunidades de forma igualitária.

A Educação Inclusiva tem como princípio da igualdade de direitos no processo de ensino, por meio disso, prever a diminuição do preconceito estabelecido diante de qualquer deficiência. Sendo assim, esse paradigma antever que todas as pessoas com deficiência possam participar de qualquer atividade nas instituições de ensino regular, iniciando no nível infantil até os níveis mais elevados do processo educativo. Além disso, assegura que a educação inclusiva seja ofertada de maneira gratuita visando oferecer opções diferentes para desenvolver as habilidades das pessoas com deficiência no convívio da sociedade atual. Coadunando com essas prerrogativas, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n 13.146 de 6 de julho de 2015, prever:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o progresso da inclusão escolar tem como objetivo a proposição de novas possibilidades de propostas pedagógicas que centraliza o atendimento das necessidades das diferentes crianças, jovens e adultos com intuito de desenvolver atividades que valorizem a diversidade presente na escola e elimine as barreiras que torna-se presente no dia a dia para as crianças com deficiências.

Dentre as possibilidades é necessário mencionar a criação do Atendimento Educacional Especializado – AEE, que é um grande avanço para educação inclusiva, o qual promoverá um apoio externo e interno aos indivíduos com deficiência. Esse profissional identificará e organizará os recursos pedagógicos que serão necessários para contribuir com o estudante, a fim de proporcionar a plena participação sob todas as atividades da escola, mas também tem como função complementar a formação dos discentes. Nessa perspectiva, Vaz (2013) frisa:

(...) a concepção de professor presente na política de perspectiva inclusiva está pautada em um sujeito voltado para a implementação da inclusão escolar nos diversos níveis, sendo ele o gestor dessa

política na escola e o técnico que orienta os alunos que frequentam a sala de recursos multifuncionais sobre o uso de recursos para o desenvolvimento de habilidades. (VAZ, 2013, p. 173).

Com isso, fica perceptível que o foco é que seja utilizado os recursos necessários para o desenvolvimento do ensino-aprendizado de cada aluno de forma individualizada e pensando em sua deficiência. O professor(a) responsável por esse atendimento fortalece a acessibilidade dos materiais didáticos, equipamentos entre outros recursos que contribuirá para o aprendizado, perante isso, o docente desenvolve juntamente com o professor da sala regular uma maneira de construir e auxiliar para a autonomia do aluno. Podemos salientar, nesse contexto, a Lei nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, Art. 1º, incisos I, II e III que dispõe sobre a o atendimento educacional especializado, na qual fica perceptível a importância de:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. (BRASIL, 2011).

Logo, a inclusão perpassa o ato de incluir pessoas no processo de ensino e aprendizagem e se caracteriza como um paradigma que transformará o sistema de uma maneira que envolva todos, para que os alunos consigam permanecer nas escolas e mudar a perspectiva de sua vida.

Diante das evoluções na educação inclusiva e para promover a acessibilidade é fundamental compreendermos que a adaptação das estruturas e dos equipamentos facilitam muito para que os deficientes possam ter mais independência. Dessa forma, vem sendo criada leis que impulsionam a promoção da acessibilidade de transporte que facilitará a locomoção, a adaptação das salas e dos materiais para que os alunos se sintam confortáveis e tenham uma infraestrutura que facilite o seu acesso. Desse modo, fica acordado no Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005/2014, meta 4.6:

[...] manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da

disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2014 )

Esse trecho possibilita entendermos que os progressos são inúmeros, principalmente quando se pensa em prever melhorias e uma acessibilidade maior. Nesse sentido, o Ministério da Educação instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano viver sem limite, nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que foi desenvolvido para que todos possam ter pleno acesso a equipamentos, as tecnologias e a ambientes de forma igualitária prevendo “(...) promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência”.

Sendo assim, é perceptível que as leis contribuíram para o avanço na socialização e na garantia de direitos das pessoas com deficiência, mas também pode-se ressaltar que vêm contribuindo com a acessibilidade, seja nos transportes, nas estruturas das escolas, no plano de aula, nos equipamentos e no combate ao preconceito. Essas questões, atualmente, estão sendo muito consideradas para melhorar a promoção da participação dos indivíduos na escola e na sociedade.

## **2.2 POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR**

Como mencionado, na sessão anterior, compreendemos que a inclusão é um conjunto de meios que possibilita a diminuição da exclusão e preconceito, trazendo muitos benefícios e garantias de direitos para as pessoas com deficiência. E, seguindo nesse segmento, é importante ressaltar as possibilidades e os desafios enfrentados no dia a dia e compreendermos melhor como realmente funciona a inclusão escolar diante da realidade.

A legislação brasileira vem garantindo possibilidades de avanços para a inclusão escolar dos estudantes que têm deficiência, mas a transformação do ambiente escolar é algo extremamente desafiador. É fundamental que as barreiras sejam eliminadas e as leis sejam executadas para que exista de fato um progresso no ensino e na inclusão. Isso possibilitará uma redução da desigualdade, manteria o

direito de frequentar a escola regular e ter um ensino com um padrão mínimo de qualidade.

De acordo com a Política de Educação Especial e Inclusiva, lei nº 6.571 de 18 de setembro de 2008, aponta que o AEE é um importantíssimo aliado nesse processo de ensino-aprendizagem, dessa forma, não limita a aprendizagem apenas no desenvolvimento dentro da sala de aula, mas também atinge o exterior da escola pois visa colaborar com a independência do aluno. Como menciona Brasil (2008), o AEE deve:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008).

A oferta desse atendimento precisa constar no projeto pedagógico da escola regular e cumprir com todas as normas do conselho de Educação, como é mencionado nas Diretrizes operacionais da educação especial, para o atendimento educacional especializado na Educação Básica. Mas quando analisa-se a realidade é perceptível que as escolas sofrem, pois “os professores questionam a falta de capacitação, a falta de suporte, à falta de materiais adequados, mas percebe-se também, que poucos se manifestam em buscar o que falta”, tornando mais difícil a evolução do desempenho do aluno em sala de aula e na formação de sua autonomia (TÉDDE, 2012, p. 66). É indispensável para o progresso das pessoas com deficiência que a escola seja acessível, para permitir ao estudante construir sua independência, que irá refletir diretamente no seu desenvolvimento escolar.

Dentre as possibilidades para acontecer um melhor desenvolvimento dos estudantes com deficiência, existe a Tecnologia Assistiva – TA, que surge para auxiliar os alunos externamente, visando sua participação ativa na sociedade. É importante salientar que “A TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão.” (BERSCH e TONOLLI, 2006, p. 1).

Esse recurso é pensado e utilizado para criar uma independência no dia a dia das crianças com deficiência, ou seja, torna-se essencial para seu progresso pessoal. De acordo com Radabaugh (1993, p. 1), “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. Mas para ter acesso a essa tecnologia que minimiza as dificuldades em nível sensorial e motor, precisa-se de uma escola bem equipada com equipamentos e ferramentas que consigam desenvolver as habilidades dos estudantes.

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, a qual se refere à inclusão e a formação dos professores, observamos o seguinte:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.  
(BRASIL, 2002, p. 26)

Dessa forma, reforça a importância da capacitação dos professores, diante da realidade da escola. Certamente, nem todas as instituições irão conseguir dar esse apoio, pois dependerá de verbas e do auxílio municipal para que esses profissionais consigam uma formação adequada para atender todos da melhor forma.

A acessibilidade é fundamental para que as pessoas com deficiência possam usufruir dos espaços com autonomia e segurança. Ou seja, é a acessibilidade que contribui para que os cadeirantes e as pessoas com mobilidade reduzida tenham acesso a locais com rampas e elevadores, mas também na promoção de transporte adaptado e acessível para facilitar a locomoção. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, Nº 13.148, Art 3º inciso I, onde decreta que as barreiras precisam ser eliminadas para garantir justamente um dos maiores direitos que as pessoas com deficiência têm que é de desfrutar de todos os espaços, por isso, a acessibilidade visa uma:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e

instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

Tendo em mente as contribuições dessas garantias é perceptível a importância de transporte e de um ambiente acessível. Quando pensamos em acessibilidade é importante compreendermos que envolve múltiplas facetas, e; é uma questão de cidadania e de qualidade de vida para as pessoas com deficiência que tem dificuldade de locomoção nas vias e no acesso aos transportes (LIMA, 2006, p. 2). Dessa forma, esse benefício pode proporcionar uma vida com mais autonomia e diminuir os constrangimentos. Quando pensamos no ambiente escolar essa dificuldade de locomoção dificulta o acesso às escolas e o cumprimento do decreto, pois na disponibilidade de transportes para os alunos, nem todos conseguem essa oferta, dificultando que os alunos consigam frequentar a escola.

São nítidas possibilidades e os desafios para que a inclusão realmente aconteça. E, as garantias de educação provam que todos têm a capacidade de aprender, mesmo com suas particularidades. Esse pensamento permite minimizar os preconceitos, discriminações e a violência que eram pré-estabelecidas para os sujeitos com deficiência.

Ademais, as proposições advindas no Projeto Pedagógico, podem promover novos pensamentos e valores perante todos proporcionando experiências diversificadas, possibilitando que as pessoas se tornem mais solidárias e humanas. Para tanto, a compreensão do real sentido da participação dessas pessoas em escola regular é essencial para o desenvolvimento de todos e certamente influenciará na autoconstrução das pessoas com deficiência, inserindo-os na sociedade com a mesma prioridade que qualquer outro sujeito teria e o mais essencial priorizando o seu bem-estar.

Seguindo essa direção, para que aconteça a efetivação do aprendizado é necessário várias ferramentas, métodos e recursos que visará a permanência e a aprendizagem do estudante com deficiência na escola, por exemplo, um dos recursos que podemos destacar é a Educação Bilíngue e dentro dela, a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Essa língua é primordial para o desenvolvimento dos talentos e habilidades de surdos, surdos com altas habilidades e outras deficiências associadas, sem falar na contribuição que tem para o convívio social desses sujeitos. Destacamos a Lei n 13.146, que no art. 28 e inciso IV, diz como deve ser ofertada a educação

bilíngue: “[...] Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (BRASIL, 2015).

As garantias dessas leis não são impecáveis, especialmente nas condições que a educação se encontra atualmente. As escolas necessitam de um suporte maior para conseguirem adequar-se com profissionais capacitados, que possam compreender as reais necessidades dos alunos com deficiências incluindo-os de uma forma que não se sintam excluídos, mas também precisam de recursos didáticos, tecnologias e uma boa estrutura para que as pessoas com deficiências possam ter plena participação em todo contexto escolar, contando com a assistência da sociedade e do governo para garantir todos os direitos estabelecidos por lei.

Portanto, é necessário manter a funcionalidade da educação em torno, principalmente, do diálogo. O intuito é construir uma escola e um sistema mais inclusivo, no qual oferece apoio para todas as escolas regulares no enfrentamento dos obstáculos diários, para continuar garantindo o acesso à educação e torna-se totalmente incluyente; e assim, as pessoas possam ter participação plena no âmbito escolar e social. Rodrigues (2000, p.10) menciona que a educação inclusiva se mobiliza e assume-se como: “[...] respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. [Ela] aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos.”

### **2.3 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Educação infantil é a primeira etapa da educação básica e atende crianças até os 3 anos em creches e de 4 a 5 anos e 11 meses em pré-escolas, tornando-se um dos níveis que requer mais atenção, dada as especificidades que os sujeitos infantis necessitam. A primeira etapa da Educação Básica é o momento em que iniciasse a construção da identidade pessoal de cada criança, tendo como finalidade o desenvolvimento de aspectos físicos, intelectuais, afetivos e sociais (BRASIL, 1996). Fica nítido que a criança começa a ser vista como atuante na sociedade e é capaz de construir o seu próprio conhecimento.

Esse momento é a segunda via de socialização da vida de qualquer criança, ou seja, a Educação Infantil passa a ser fundamental para que os sujeitos infantis possam se desenvolver e ter experiências significativas. É o *lócus* em que compartilham *saberes* e aprendem a respeitar o próximo, entendem que cada pessoa tem sua particularidade e convivem com o outro. De acordo com Kullo (2002, p. 11):

No processo de ensino-aprendizagem, o aluno é o sujeito e o construtor do processo, toda aprendizagem precisa ser embasada em um bom relacionamento entre os elementos que participa do processo, ou seja, aluno, professor, colegas de turma: diálogo, colaboração participação, trabalhos e jogos (brincadeiras) em conjunto ou em grupos e respeito mútuo”

Diante disso, a criança vai interagir com o mundo, mas também irá formar sua personalidade que é um elemento essencial para a sua convivência com o meio social em que vive. O processo de ensino aprendizagem é muitas vezes um desafio para todos, mas quando se consegue ter um bom relacionamento com os pares pode influenciar diretamente na evolução diante desse processo, pois todos trabalharão em conjunto e contribuirá para a evolução de todos. Assim, o uso de recursos e as brincadeiras influenciam na socialização e na interação de todos os envolvidos.

Nesse processo educacional, a inclusão de crianças com deficiência nas creches e pré-escolas é primordial, mas também determina o enfrentamento de diversos desafios para os envolvidos nesse processo (profissionais da educação, família e a própria criança). Mittler (2003, p. 25), afirma que a inclusão no campo da educação: “envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola”. Por isso, a escola precisa se moldar para atender a todos de forma igualitária, visando o desenvolvimento dos seus integrantes, por esse motivo, precisa estar preparada para aprimorar esse processo de ensino-aprendizagem com mais eficácia e trabalhar as diversidades presentes.

O professor da sala regular, como mencionado anteriormente, passa por desafios em sala de aula, considerando que o aluno com necessidades especiais necessita de um atendimento especializado e o docente precisa adaptar suas estratégias pedagógicas para atender as particularidades do aluno com deficiência

para também tentar diminuir as barreiras existentes em sala de aula. Bersch e Machado (2007), afirmam que:

[...] atitudes como a adequação do ambiente suprindo suas necessidades básicas, eliminando barreiras de aprendizagem e provendo os meios de acessibilidade, o aluno pode ter uma deficiência sem sentir-se deficiente e não necessariamente seja incapaz; a incapacidade poderá ser minimizada quando o meio lhe possibilitar acessos. (BERSCH E MACHADO, 2007, p. 21).

Nessa perspectiva, é importante salientar que o professor da sala regular quando recebe assistência do atendimento educacional especializado tem maior chance de contribuir com o desenvolvimento da criança com deficiência. Assim, o trabalho conjunto ajuda no conhecimento das necessidades e das dificuldades mais frequentes do discente em seu cotidiano escolar, a fim de auxiliá-lo no processo de construção de estratégias pedagógicas para incluí-lo, respeitando sua condição e seus limites, bem como possibilitando a oportunidade de melhorar suas habilidades.

Outro fator importante é o uso de materiais adaptados que fazem uma grande diferença no cotidiano escolar, visto que favorecem o desempenho com autonomia e independência da criança. Como por exemplo, jogos pedagógicos como dominó em relevo, jogos para aprender cores, peso, massa, volume e formas geométricas diferentes, jogos da memória, na qual as peças sejam tampas para facilitar o manuseamento. Souza (2007, p. 110) ressalta que “[...] é possível a utilização de vários materiais que auxiliem a desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem, isso faz com que facilite a relação professor – aluno – conhecimento”. Quando o recurso traz frutos positivos o aluno sente-se mais confiante, envolvido e motivado, tornando mais propício que o discente tenha interesse por novos materiais que colaborem com a aprendizagem. Segundo Angotti (2006, p. 26):

[...] portanto, analisar o para que a Educação Infantil significa a convicção de que novos tempos podem ser pensados para a sociedade; desenvolvendo e realizando pessoas mais completas, seres mais íntegros que saibam exercer seus papéis enquanto ser pessoa, ser social, ser histórico, ser cultural, novos tempos em que o ser humano possa viver a plenitude de todas as etapas de sua vida, realizando-se e tendo uma atividade intensa, uma vivência clara do que seja ser criança e viver a infância.”

O desenvolvimento integral das crianças só funciona quando todos estão interligados e buscam o bem-estar e a independência dos discentes. Quando refletimos sobre isso, compreendemos a grande essência da inserção das crianças no momento certo, pois os momentos e as experiências, de acordo com sua idade, contarão como um bônus ao desenvolvimento integral dos sujeitos, possibilitando uma qualidade de vida.

### 3 METODOLOGIA

A realização deste trabalho ocorreu por meio da pesquisa qualitativa em educação, o qual teve como objetivo analisar na Revista de Educação Especial as possibilidades e os desafios da inclusão para a primeira etapa da Educação Básica. O método selecionado foi a pesquisa qualitativa, que de acordo com Denzin e Lincoln (2006, p.17) “(...) envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos [...] que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos.”.

O presente estudo se configura como bibliográfico pois elaboramos o estudo através da seleção de trabalhos que já foram publicados, no qual optamos por uma fonte segura que transmitisse a veracidade dos dados para contribuir com a pesquisa e conhecer melhor o objeto de estudo. Nesse sentido, foi selecionada a Revista Educação Especial, que é uma fonte específica que publica estudos direcionados para os sujeitos com deficiência, por isso, conseguimos extrair vários trabalhos que tratavam da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil.

Segundo Amaral (2007) a pesquisa bibliográfica:

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. (AMARAL, 2007, p. 1).

A pesquisa bibliográfica foi essencial para o levantamento de dados, auxiliando diretamente na análise das fontes bibliográficas. Os trabalhos selecionados foram os que tratavam sobre a inclusão de crianças no ensino infantil. Nesse sentido, selecionamos os trabalhos publicados do início de 2015 até o final de 2021, com intuito de aprofundamento, conhecimento e selecionamento acerca do tema pesquisado e levando-nos a atingirmos o objetivo geral para esta pesquisa. A seleção, inicialmente, deu-se por meio do título dos trabalhos, levando em consideração os seguintes marcadores: inclusão escolar na educação infantil em creches e pré-escolas. Em seguida, fazendo uma leitura dos resumos e metodologias, destacamos e separamos os trabalhos que focaram as crianças de 0 a 5 anos.

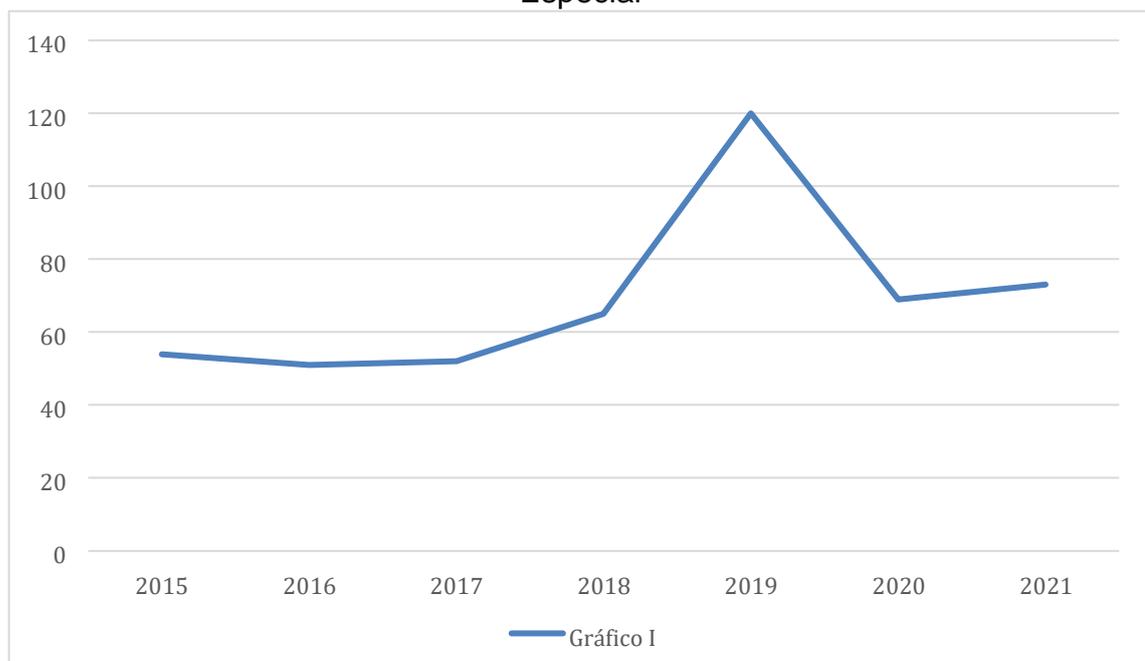
Nessa perspectiva, buscamos compreender quais os desafios e possibilidades que estão presentes no processo de inserção de crianças, no ambiente de inclusão na educação infantil. A seguir passamos para análise e discussão dos dados.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação especial na perspectiva inclusiva propõe um ambiente acolhedor para o desenvolvimento das pessoas com deficiência. E, a Educação Infantil promove um ambiente que possa proporcionar as crianças a educação e o cuidado de forma interrelacionada. Para tanto, a primeira etapa da educação básica tem buscado o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, físicos, motor, emocional e social. E, conseqüentemente, inclui todas essas questões para promoção de uma educação de qualidade para que no futuro possam ter boas oportunidades.

Por influência dessas conjunções que a inclusão na educação infantil torna-se fundamental para um bom progresso educacional. No decorrer deste estudo mencionamos o quanto é essencial a inclusão na vida de todos, em especial, quando inicia-se na educação infantil. Ao analisar a Revista de Educação Especial Dos anos de 2015 a 2021 avaliamos 484 pesquisas no total, que relataram sobre a educação inclusiva em várias modalidades e segmentos nesses últimos sete anos vistos.

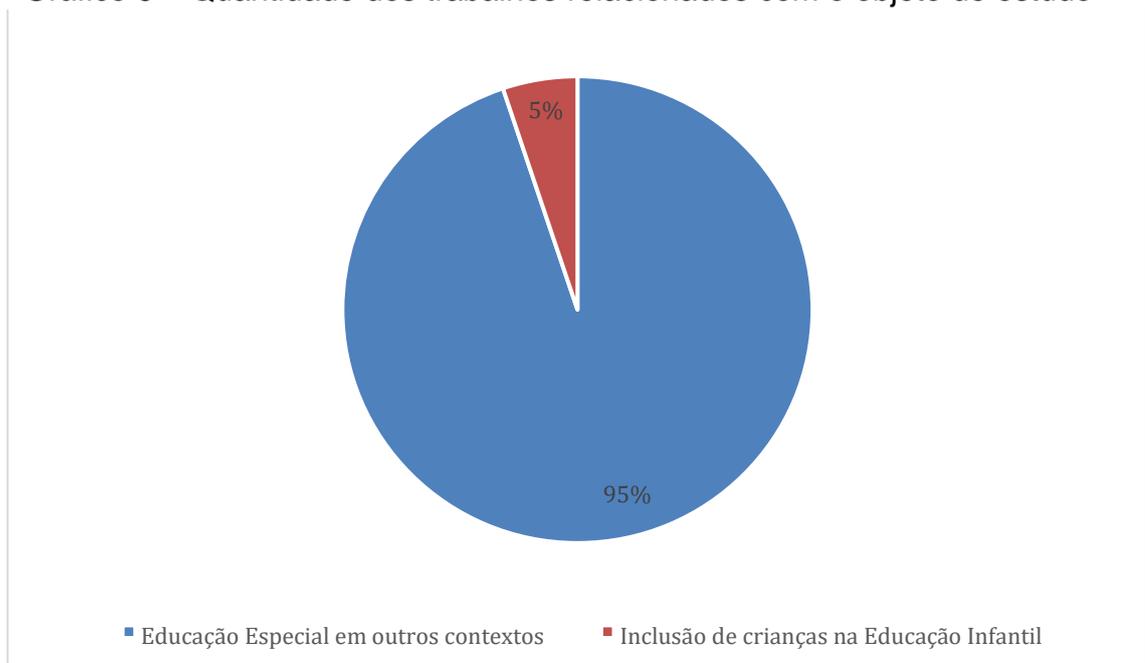
Gráfico 5 – Quantidade total de pesquisas publicadas na Revista de Educação Especial



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ressaltando o gráfico 1, que mostra a quantidade de trabalhos publicados na revista, ao longo do período analisado, pode-se perceber que nos anos de 2015 ao início de 2020 a média de trabalhos foi sendo mantida, quando observamos o ano de 2019 percebemos que houve um grande avanço nas obras publicadas, mas nos anos seguintes ocorreu uma diminuição para a média dos anos anteriores. Abaixo, o gráfico 2 mostra o percentual de trabalhos em relação ao objeto do estudo.

Gráfico 6 – Quantidade dos trabalhos relacionados com o objeto de estudo



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

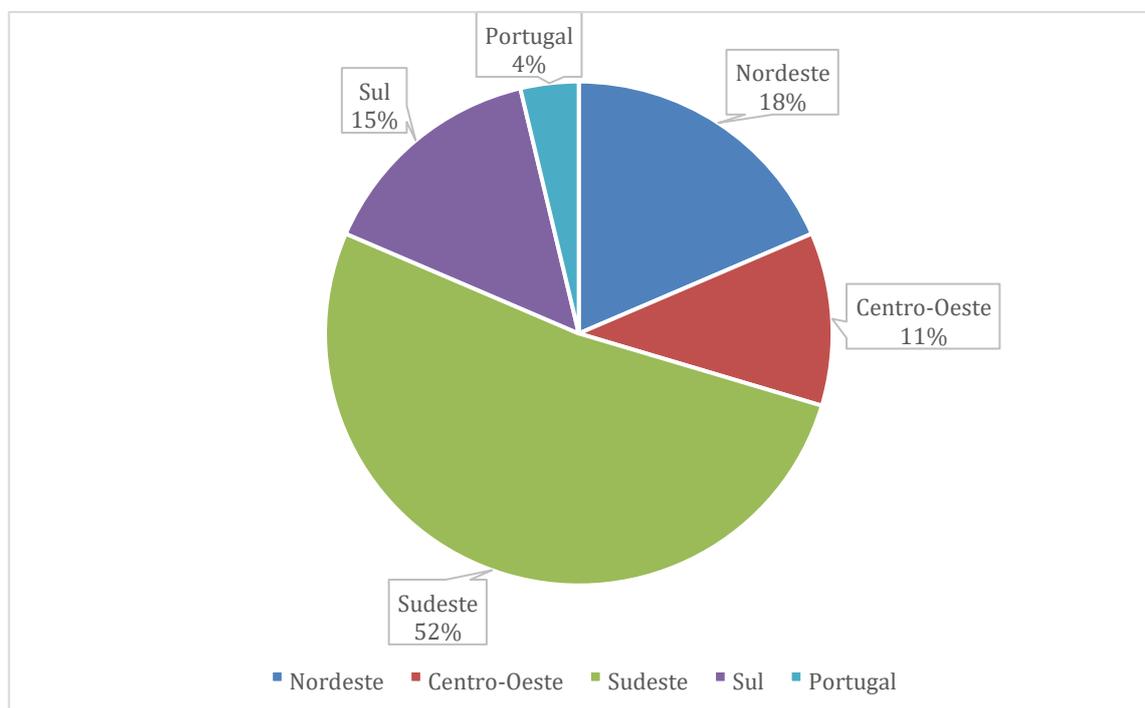
Destaca-se no gráfico 2, que das 480 obras analisadas sobre Educação Especial apenas 26 foram selecionadas para contribuir com a pesquisa, em função disso, procuramos considerar na escolha os estudos por meio do resumo e metodologia que tinham as características que pudessem colaborar aos resultados. Dessa forma, essas obras tinham semelhanças mediante os requisitos da pesquisa. Destacando dentro deles métodos e relatos que possam incentivar e melhorar a inclusão de crianças com deficiência no contexto escolar. Ficou notório que os estudos sobre a educação inclusiva na educação infantil em creches e pré-escolas é algo pouco estudado, mas que tem a possibilidade de criar boas oportunidades para o desenvolvimento das crianças.

Fica perceptível que essas questões precisam ser mais pesquisadas principalmente quando pensamos que podem contribuir a algum estudo ou até mudar a visão de muitos pesquisados a ter um olhar mais sensível para esse nível de ensino.

Pudemos observar que os trabalhos usados para desenvolver a pesquisa tem maior percentual na região sudeste, em seguida o Nordeste, o Sul e Centro-Oeste, foi percebido que no Norte não publicou nenhum trabalho entre 26 trabalhos selecionados que pudesse contribuir com a análise, mas em contrapartida foi encontrado um trabalho de Portugal, assim como é exposto no gráfico abaixo:

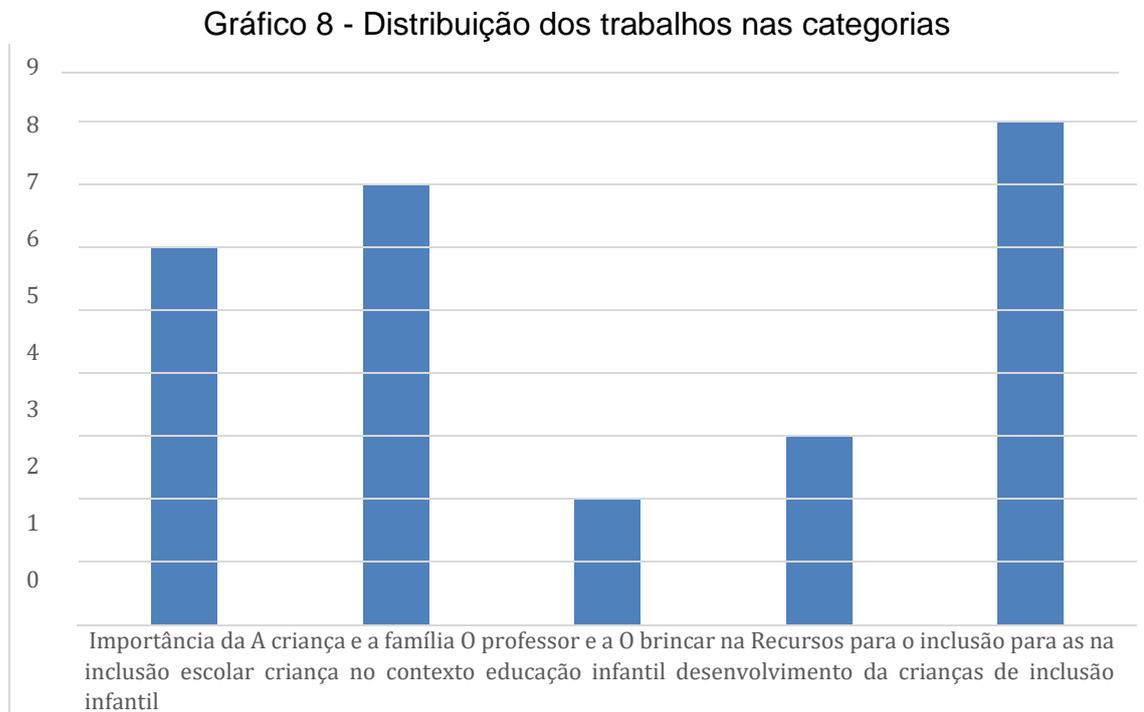
Gráfico 7 - Distribuições das pesquisas em âmbito nacional e internacional

Fonte: Elaborado pela autora (2022).



O gráfico 3 demonstra a divisão das pesquisas por meio da região e dessa forma podemos observar que a região Norte não está entre os selecionados, pois entre os 26 trabalhos sobre inclusão no ensino infantil nenhum foi dessa parte do país. Já no Nordeste que fica bem próximo do Norte teve uma porcentagem de 19%; Centro-Oeste podemos compreender que teve 11%; Sudeste, que foi onde teve mais pessoas que publicou na revista com a quantidade de 52%; na região Sul do país teve 15% e em ambiente internacional tinha 4% em Portugal publicado.

Ao analisar os conteúdos dos 26 trabalhos, houve a necessidade de dividirmos em cinco eixos que se interligavam para transmitir melhor os pontos observados. O gráfico a seguir mostra os trabalhos utilizados no estudo, separados em cinco categorias que vão corresponder a processos essenciais para a inclusão das crianças no ensino infantil.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No gráfico IV, está destacado os eixos que separamos diante do conteúdo que as pesquisas expuseram. Logo, essas categorias serviram no aprofundamento da análise e da discussão dos dados, principalmente ao mostrarem como acontece o processo de inclusão das crianças com deficiência na educação infantil. Portanto, essas categorias evidenciaram: a importância da inclusão das crianças, a criança e a família na inclusão escolar, o professor e a criança no contexto de inclusão, o brincar e os recursos para o desenvolvimento da inclusão infantil.

#### **4.1 Eixo I: Importância da inclusão para as crianças**

Quando ocorreu a separação das pesquisas e selecionamos sobre a inclusão na educação infantil, ficou perceptível que a maioria dos trabalhos são estudos de casos específicos de crianças com deficiência, que estão transitando entre o contexto

familiar para a iniciação de sua vida escolar, ou seja, começando na Educação Infantil. Desta forma, os autores buscam trazer a importância da inserção dessas crianças no ambiente escolar regular, onde entendem que suas dificuldades de aprendizagem precisam de um plano pedagógico que seja inclusivo, por isso, remete que todos os sujeitos precisam ter experiências significativas para conseguir ter um bom desenvolvimento.

Mas, alguns autores enfatizam sobre o compromisso e responsabilidade de realmente ter um ambiente que seja inclusivo, que não apenas coloque o aluno na escola e nas salas regulares, mas que incluam em suas atividades, prepare estratégias pedagógicas que acrescentem a sua evolução, que respeite as suas peculiaridades e o seu tempo de aprendizagem, pois cada pessoa tem seu processo. Sendo assim, as instituições educativas precisam compreender e garantir um processo educativo que venha atender os requisitos para os avanços da criança. Apesar disso, por muitos anos, ocorreu a negação dos direitos das crianças e elas não eram reconhecidas como sujeitos, trazendo para o percurso a invisibilidade e a negação. A respeito desta prerrogativa, Drago e Dias (2017, p. 517-518) afirmam:

Tratar da educação infantil é refletir sobre um modo de se pensar a educação para sujeitos que historicamente têm tido este direito negado por uma série de fatores que vão desde o não reconhecimento da criança como sujeito de direito, como adulto em miniatura, como ser angelical que precisa de cuidado, como futuro da nação, como ser que pode ou não vingar, dentre uma série de concepções marcadas por contextos históricos e sociais ambíguos e paradoxais.

Diante disto, a questão referente à inclusão das crianças com deficiência no ensino regular tornou-se obrigatória, visto que todos têm direito à educação. Como afirmam Carvalho e Nascimento (2015, p. 677) “a inclusão é o movimento da sociedade que visa a produzir a igualdade e auxiliar o sujeito a construir sua identidade”. Por isso, os autores pensam e destacam a relevância da inclusão de crianças com deficiência.

Fica nítido nos trabalhos que existem grandes desafios para todos, principalmente, porque o novo é algo que requer mais cuidado e orientação. Todavia, as dificuldades devem ser enfrentadas, principalmente quando se trata de uma criança que tem deficiência. E, a escola, em geral, precisa ter um preparo e uma organização

para conseguir desenvolver seu ensino e acolhida de forma eficaz, para que a criança realmente seja incluída em todas as atividades.

Para grande parte das crianças, a escola tem sido o único referencial que elas têm como acesso ao conhecimento formal e sistematicamente construído, então, entendemos que para que essa criança não seja invisibilizada como sujeito de direito, o professor precisa tornar o ensino desse sujeito algo interessante, atrativo, criativo, instigando a criança em sua curiosidade e em seu desejo de aprender. (DRAGO; DIAS, 2017 p. 519)

Por meio disso, fica mais claro, que os pesquisadores ressaltam e discorrem do mesmo discurso, mostrando o quão essencial é a inclusão, não apenas sobre as questões pedagógicas, psíquicas e da medicina, mas em tudo que envolve o desenvolvimento das crianças. De acordo com Prieto (2006, p. 40), “[...] o objetivo na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem”. Nesse sentido, é interessante que todos possam entender e reconhecer as condições de aprender com as experiências e que precisamos ter respeito com o próximo, pois cada indivíduo tem suas particularidades e podem nos transmitir ensinamentos.

Concluimos neste eixo, que a inclusão de crianças no ensino regular é um processo constante e desafiador para todos. Em contrapartida, proporciona um ambiente de aprendizado diversificado de grandes aprendizados para as crianças com ou sem deficiência. Quando uma instituição consegue realmente incluir os alunos em seu contexto, de maneira certa, pode contribuir com o crescimento pessoal de todos os envolvidos.

#### **4.2 Eixo II: A criança e a família na inclusão escolar**

A participação da família no desenvolvimento de qualquer estudante é primordial ao seu avanço, principalmente quando trata-se de uma criança que viveu poucas experiências, pois se torna essencial para que possam sentir-se seguros ao novo. Sabemos que a família são as primeiras pessoas que a criança tem um contato direto, então os parentes podem colaborar para que os profissionais possam entender as dificuldades e auxiliar no desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido,

Araújo (2011, p. 21) considera a família “alvo e agente modificador da sociedade e do indivíduo”, ou seja, a família tem grande influência no ser social que a criança se tornará, que dependerá de diversos aspectos, sejam eles bons ou ruins.

Nos trabalhos que destacamos sobre a criança e a família na inclusão escolar pode-se compreender o envolvimento entre a família e a escola é chamado de “parceria”, isto significa que vão estar em conjunto para a obtenção do mesmo objetivo que é proporcionar à criança com deficiência uma futura independência, evolução pessoal e profissional. Essa parceria pode ajudar as duas partes. Quando nos referimos à escola essa união facilita o conhecer da vida externa da criança, como por exemplo, onde mora, qual a situação em que vive, como é tratada, se já ocorreu alguma situação que os profissionais das escolas possam ter mais atenção, como relatos de comportamento entre outros quesitos. E, quando falamos da família, essa colaboração pode contribuir para que possam conhecer sobre alguns aspectos da deficiência da criança, como também pode fazer atividades semelhantes às passadas na escola, como até entender melhor sobre o que precisa para auxiliá-la nesse processo.

Ao analisar os estudos, percebemos que os autores destacam e mencionam sobre técnicas e estratégias utilizadas para que as famílias possam realmente contribuir com o processo de ensino-aprendizagem da criança. Em consideração a isso, podemos destacar a Intervenção Precoce na Infância - IPI e os grupos focais. Quando mencionamos a IPI, Machado (2019, p .3) entende que ela:

[...] é caracterizada por práticas que envolvem um tratamento das famílias com dignidade e respeito, enfatizam os seus pontos fortes, compartilham informações para que possam tomar decisões informadas, fomentar oportunidades de escolha sobre os recursos necessários e desenvolvem uma relação de colaboração.

Neste caso, é como a construção de uma equipe que se respeita e se une pelo bem maior, que é o avanço da criança com deficiência. Essa intervenção contribui diretamente na construção da autonomia das crianças e no conhecer precoce, pois a criança aprende, principalmente, com as experiências do cotidiano. Nisto, esse vínculo pode diminuir suas dificuldades.

Enquanto, os grupos focais os autores falam que foram utilizados para coleta de dados de diversos responsáveis que tenham filhos com deficiência ou não para que os pesquisadores pudessem compreender suas vivências mediante ao cotidiano

e transmitir a outras pessoas essas experiências vividas. Em relação à técnica do grupo focal percebemos que ela:

[...] possibilita o acolhimento do sujeito, devido à criação de um espaço para a expressão das angústias e ansiedades, esta aproximação valoriza os aspectos psicodinâmicos mobilizados na relação afetiva e direta com os participantes do estudo devido à escuta. Estes conteúdos latentes cheios de significados que organizam e estruturam o modo de vida das pessoas e suas relações com os objetos poderão ser categorizados por meio da análise de conteúdo.” (SILVA; ASSIS, 2010, p. 146).

Dessa forma, podemos perceber que o grupo focal tem como função captar o sentimento dos participantes e proporcionar um momento de aprendizagem e de compartilhamento de experiências entre todos, dado que pode ser uma maneira de incentivar outros responsáveis com momentos vivenciados. Quando os autores tratam da questão do pesquisador diante dessa abordagem, podem entender o porquê dos padrões de comportamento, percebem as reais dificuldades que passam, mas também podem aconselhar os profissionais da educação para contribuir com o desempenho dessas crianças com deficiência.

### **4.3 Eixo III: O professor e a criança no contexto de inclusão**

Nas pesquisas referentes ao professor e a criança no contexto de inclusão, percebemos que as informações presentes defendiam a educação inclusiva e que as crianças com deficiência precisam frequentar instituições regulares para terem um convívio, normalmente, com pessoas que tenham deficiência ou não, a fim de serem realmente incluídas. Então, para haver a expansão de questões acadêmicas e sociais, não devem estar em escolas segregadas que só atendem pessoas com deficiência, pois isso, não iria lhe proporcionar uma experiência completa sobre a realidade da sociedade, não somente para eles, mas para todas as pessoas que frequentam o ambiente. E, um dos fatores que podem influenciar para que as crianças sejam incluídas de forma correta, é o professor, pois ele irá conviver diariamente com o aluno, possibilitando saber quais as suas maiores dificuldades, o que precisará ser melhorado e quais são os limites e as possibilidades para que o aluno tenha uma evolução em sala de aula.

Dessa forma, o professor pode ser um grande aliado no processo de construção de identidade dessas crianças, como por exemplo, quando o docente transmite às crianças alguma atividade ou até uma dinâmica que os alunos precisavam desenvolver juntos. Nesse sentido, “ainda que as crianças com deficiência possam apresentar déficits quando estão interagindo com seus pares, se o professor der apoio nas interações as crianças podem apresentar melhoras” (KWON; ELICKER; KONTOS, 2011, p. 267). Ou seja, por mais que a criança com deficiência não se sinta confortável, a interação naquele momento com os pares, seja em jogos ou atividades, possibilitará a intervenção com apoio e incentivo caso ela necessite. Portanto, o momento pode ser caracterizado como divertido e prazeroso para os envolvidos.

Conforme os autores, os docentes têm como objetivo preparar o discente para ter experiências acadêmicas e sociais que serão ligadas na preparação desta criança para a vida ativa na sociedade. Dessa maneira, precisa ter atitudes que transmitam companheirismo e respeito ao próximo, pois as crianças se constituem por experiências vividas e presenciadas, ou seja, observando tais atitudes aprenderá que é necessário entender as diferenças e que todos, independentemente de ter deficiência ou não, temos direito iguais. Silva (2018, p. 109) afirma que: “a criança com deficiência também percebe que pode viver em um ambiente sem (com menos) preconceito, que pode ser aceita, conviver em sociedade”. Com essas atitudes podemos entender que a forma do professor tratar seus alunos, influência em suas atitudes, em sala de aula e fora dela.

Em nossa análise compreendemos que o docente precisa desenvolver estratégias que consigam atender o aluno com deficiência. Essas estratégias devem levar em consideração a deficiência apresentada e quais habilidades o professor pode utilizar para o avanço dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem, como também no convívio social com as demais crianças. Assim, como afirma Mendes (2016, p. 252) “com o suporte necessário e apropriado, às crianças pequenas com necessidades educacionais especiais podem tanto adquirir habilidades complexas quanto participar com sucesso de ambientes inclusivos”, por isso, torna-se indispensável ter um bom planejamento no trabalho com os sujeitos infantis.

#### 4.4 Eixo IV: O brincar na educação infantil

Nesse contexto, compreendemos a partir das pesquisas a conexão existente entre a criança e o brincar, principalmente no contexto de inclusão. De acordo com Rocha e Lourenço (2015, p. 341) “na idade pré-escolar, surgem tendências e desejos não possíveis de serem realizados imediatamente. Para resolver essa tensão, a criança cria uma situação imaginária”. Por meio disso, entendemos que a brincadeira tem um papel fundamental para acalmar as crianças, mas também auxiliará o discente a entender ao longo dessas brincadeiras a existência de momentos para todas as coisas. Todavia, o discente pode sonhar e/ou usar sua imaginação para criar situações, porém tendo ciência do que é real e do que é criado pela sua imaginação. O professor que usa essa ferramenta de imaginação e criatividade das crianças, mostra a eles que no futuro pode se tornar real e consegue desenvolver um processo pedagógico lúdico e tranquilo para todos.

Levando em consideração o exposto, refletimos sobre a criança como, por exemplo, qual criança nunca pensou ou sonhou em ser médica, professora ou qualquer outra profissão ou até tentou imitar o pai ou a mãe, observando acerca desse ponto, fica entendido que as crianças tendem a ter interesses em agir ou se tornar adultos rapidamente e para reduzir ou amenizar esse intenso desejo, as brincadeiras auxiliam muito, assim como Rocha e Lourenço (2015, p. 341) afirmam:

A brincadeira é a forma possível de satisfazer necessidades e desejos em condições diferentes daquelas que ocorrem na realidade, uma vez que possibilita à criança agir como os adultos em uma situação imaginária; essa ação se refere ao brincar de faz de conta.

Esse faz de conta, possibilita que a criança consiga pensar sobre o que é possível e o que não é, por exemplo, quando um professor traz como recurso pedagógico uma brincadeira ou um jogo, que precisará ter regras, inicialmente será difícil de todos conseguirem segui-las, mas com as experiências que serão vivenciadas no decorrer da brincadeira e as regras começaram a ficar nítidas a compreensão, a partir desses processos educativos poderão entender não somente as regras desses jogos como que existem muitas atitudes que não podem ser tomadas e futuramente poderiam ter discernimento para separar o certo do errado. Fica

entendido que o ensino pode se constituir por meio das brincadeiras às crianças, seja de forma lúdica, a fim de proporcionar o incentivo à participação delas neste processo de prazer.

No brincar sabemos que existem diversas brincadeiras e formas lúdicas para o ensino-aprendizagem, por meio disso, podemos perceber que “algumas crianças podem não falar, mas isso não significa uma total falta de compreensão da linguagem verbal ou que elas não sejam capazes de se comunicar com os outros” (OLIVEIRA, VICTOR, 2018, p. 654). Logo, fica compreendido que mesmo sem falar muitas crianças podem entender e participar das brincadeiras. Com o passar do tempo a criança vai apreendendo os sentidos e os significados e conseguirá entender por meio do contato com os seus diferentes pares.

Inclusive, percebemos, a partir dos autores, as diversas contribuições ao desenvolvimento da criança que são estimuladas e desenvolvidas por meio do brincar. O brincar fortalece o convívio social com outras crianças e até com os adultos. Em diversas brincadeiras as crianças utilizam da sua criatividade e imaginação, desenvolve sua coordenação motora e várias possibilidades de aperfeiçoar suas habilidades linguísticas, físicas, etc. Por isso, torna-se fundamental a inserção deste elemento para o seu desenvolvimento integral.

#### **4.5 Eixo V: Recursos para o desenvolvimento da inclusão infantil**

Os recursos pedagógicos de qualidade fazem grande diferença no contexto escolar, principalmente, quando tem o objetivo de incluir as crianças. Em consideração a isso e diante da análise, destacamos a fala de Jesus, Sampaio e Bonilha (2015, p. 166) os quais enfatizam que “podemos dizer que o desenvolvimento da criança, após o nascimento, engloba três etapas principais: neurológica, psicológica e motora”, por esse motivo, a construção dos recursos pedagógicos precisa ser pensada, com a finalidade de favorecer o processo de desenvolvimento integral da criança. Observamos que, a maioria dos trabalhos que relatam sobre recursos abordam mais métodos referentes a crianças cegas e como acontecem avanços no seu processo de inclusão e autonomia. Então, analisamos esses recursos, por meio das três etapas que são essenciais para o progresso de desenvolvimento da criança e o que os autores relatam que pode auxiliar as pessoas com deficiência em geral.

Em seguida, analisamos recursos que poderiam contribuir psicologicamente e neurológicas ao bem estar, à confiança e ao desenvolvimento da criança. Por meio disso, Jesus, Sampaio e Bonilha (2015) relataram sobre um recurso importantíssimo, que é a Tecnologia Assistiva - TA. Segundo os autores supracitados, a TA “[...] surge para a criança cega, como uma intervenção externa que visa minimizar os efeitos da deficiência e possibilitar sua plena autonomia” (JESUS; SAMPAIO; BONILHA, 2015, p. 168). Nessa perspectiva, contemplamos que o método tem como objetivo ampliar as habilidades, desenvolver a independência e promover uma vida ativa na sociedade. Essa tecnologia quando utilizada, torna as coisas mais possíveis ao indivíduo com deficiência, como também, pode diminuir significativamente as dificuldades encontradas no decorrer da vida. Sobre a TA, o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT frisa:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2007, p. 4).”

Dessa maneira, esse recurso é direcionado a pensar diretamente nas reais necessidades da pessoa com deficiência, por exemplo: no contexto escolar e quais as maiores dificuldades encontradas em sala de aula, a fim de derrubar as barreiras e solucionar os quesitos que dificultem o acesso pleno da criança com deficiência ao conhecimento e ao espaço em geral da instituição.

Por fim, observamos nos trabalhos os recursos que colaboraram com o desenvolvimento motor da criança e encontramos o uso de atividades físicas. Essas atividades mexem diretamente com o corpo da criança e com os seus movimentos. Em razão disso, Junior, Fiorino e Manzini (2015, p. 14), afirmam que:

Na atividade física adaptada, considera-se, quando necessárias, adaptações e/ou adequações de estratégias e recursos pedagógicos para o aprendizado ou desempenho de uma habilidade motora, com menores restrições na informação ou na realização do movimento, fato este que torna a atividade física adaptada necessária não somente no processo educacional, mas num contexto de equipe interdisciplinar. (JÚNIOR; FIORINO; MANZINI; 2015, p. 14).

Consequentemente, quando adaptados e/ou adequados os recursos, podem assumir distintas características, ou seja, quando trata-se dos objetivos das aulas método utilizados para o progresso da criança com deficiência seja em atividades físicas ou não esses procedimentos precisam ser acessíveis a deficiência que o aluno que esteja na aula tenha, por isso, precisam ser produtos que favoreçam o seu desempenho, por exemplo da atividade físicas jogos ou dinâmicas sentados ou com bolas que saíam sons, quando tratamos em outros ambientes podem ser utilizados de tecnologias assistivas, assim como vários outros recursos que possa atender a todos de forma igualitária.

Pode-se concluir, que para os recursos pedagógicos possam ser uma ferramenta útil do processo educacional é necessário que antes conheça-se as necessidades e prioridades do ensino e de cada turma, contando com todos e que precisa ser estabelecido estratégias por meio dos planos de aula para conseguir atender as particularidades dos alunos para obtenção de bons resultados e melhorar o desempenho de todos ampliando a comunicação, desenvolvendo sua autonomia e que adquira novas habilidades.

## 5 CONSIDERAÇÃO FINAIS

Esta pesquisa trouxe os pontos firmados nas possibilidades e nos desafios que auxiliam para a promoção e efetivação da inclusão na educação infantil. Dessa forma, procuramos os trabalhos que falassem da educação oferecida em creches e pré-escolas, ou seja, os trabalhos que teve o enfoque nos bebês e nas crianças até cinco anos de idade. Trazemos ao longo deste estudo, inicialmente, a trajetória da pessoa com deficiência, ou seja, buscamos compreender desde o contexto histórico, quando eram excluídas, totalmente, do convívio social, mas também o desenvolvimento dessa área desde a segregação até a inclusão. Os avanços permitiram que a pessoa com deficiência pudesse ter alguns direitos, em especial, o de frequentar a escola. A princípio as pessoas com deficiência foram para instituições que atendiam a sua especificidade, porém com o passar do tempo, foram alcançando mais possibilidades, passando a frequentar e a participar dos mesmos ambientes das pessoas que não tinham deficiência.

Em seguida, procuramos compreender quais avanços tinham acontecido durante essas etapas da inclusão escolar e percebemos que as pessoas com deficiência passaram a ter seus direitos assegurados perante as leis estabelecidas do sistema educacional. Por meio desse progresso as escolas e alunos podem contar com o apoio de um professor do atendimento educacional especializado, dos programas que promovem a acessibilidade dos mesmos e da tecnologia que se tornou grande aliado dos tempos atuais. Logo, esses fatores contribuíram, diretamente, com a equidade desses indivíduos.

Conseqüentemente, pudemos entender quais foram e são os desafios e possibilidades das pessoas com deficiência, por mais que grandes avanços tenham acontecido ao longo dos anos na inclusão escolar é fundamental compreendermos que existem diversas barreiras a serem minimizadas acerca do processo de ensino inclusivo. Todavia, existem várias propostas de ensino que procuram proporcionar um ambiente que valorize as habilidades dos sujeitos com deficiência, propondo sua independência e proporcionando recursos adaptados para assegurar direitos desses sujeitos.

Pensando em todas essas questões, vimos como seria a inclusão das crianças na educação infantil, pois este nível da educação garante várias experiências

significativas ao desenvolvimento das crianças. Por isso, acreditamos que a inclusão é fundamental para que conheçam novas maneiras de interagir, comecem a socializar, percam a timidez, aprendam a respeitar e comecem a construção da sua personalidade.

As estratégias utilizadas para este estudo foram por meio de pesquisas escolhidas na Revista de Educação Especial, nas quais foram separadas em cinco categorias, para compreendermos quais as dificuldades e possibilidades da inclusão na primeira etapa da educação básica. Com isso, pudemos conhecer várias estratégias, metodológicas e recursos que podem ser utilizados nesse nível de ensino. Exemplificando, notamos que a parceria entre a escola e a família possibilitará o trabalho em conjunto para um só objetivo. Da mesma forma, o convívio da criança e o professor influenciará diretamente no desenvolvimento e na aprendizagem do docente sobre aquela experiência. Também a utilização de recursos pedagógicos e o brincar se caracterizam como possibilidades da inclusão, pois proporciona uma maior fonte de experiências.

Portanto, fica entendido que a Educação Infantil é uma etapa muito significativa na vida de todos. Por meio disso, percebemos que a quantidade de pesquisas que tratam da inclusão no campo infantil é mínima. Tornando-se necessário mais envergadura dos pesquisadores em desvencilhar esta área do saber. Esta exploração pode ser direcionada para temáticas que são pouco investigadas, a saber: o brincar na inclusão de crianças com deficiência, bem como a utilização de recursos e as questões que relacionam o professor, a família e a criança deficiente.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <  
<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> >

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

ANGOTTI, Maristela, (Org.). **Para que, e para quem e por quê. Educação Infantil /** Campinas: Alínea, 2006.

AQUINO, A. B. de; CAVALCANTE, T. C. F. **Avaliação da linguagem em crianças com deficiência intelectual no contexto de escolarização formal**. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 33, p. e11/ 1–24, 2020. DOI: 10.5902/1984686X39733. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/39733>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ARAGON, C. A.; COSTA, C. S. L. da; CIA, F. **Habilidades sociais e empoderamento de pais de crianças pré-escolares do público-alvo da educação especial**. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e53/ 1–19, 2019. DOI: 10.5902/1984686X33268. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33268>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ARAÚJO, R. M. de. **Empoderando pais para a luta pelos direitos de seus filhos com deficiência: pesquisa-ação emancipatória**. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

AZEVEDO, T. L. de; RIOS, G. A.; BATALIOTTI, S. E.; LOURENÇO, G. F. **Uso da audiodescrição no brincar de uma criança com síndrome de down na educação infantil**. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e3/ 1–15, 2019. DOI: 10.5902/1984686X23667. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/23667>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BALEOTTI, L. R.; SANTOS, L. A. dos; ZAFANI, M. D. **Avaliação de habilidades motoras de uma criança com paralisia cerebral incluída em contexto escolar regular**. Revista Educação Especial, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 149–164, 2014. DOI: 10.5902/1984686X13503. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13503>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BATISTA, G. de M.; MOUTINHO, A. K. **Desafios e possibilidades da inclusão escolar de crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika: o olhar docente**.

Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e68/ 1–22, 2019. DOI: 10.5902/1984686X36360. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36360>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BERSCH, R.; TONOLLI, J. C. **O que é Tecnologia Assistiva?**. 2006. Disponível em: < [https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf) >

BERSCH, Rita, MACHADO, R. **Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Física**. In: SCHIRMER, Carolina R. et al. Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade: Implicações educativas**. Foz do Iguaçu: 2003.

BRASIL. **CAT – Comitê de Ajudas Técnicas. Ata da Reunião V, de agosto de 2007 do Comitê de Ajudas Técnicas**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), 2007.

BRASIL. **Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008**.

BRASIL. LEI 13.146 DE 6 DE JULHO DE 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm)

BRASIL. LEI N 7.611 , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

BRASIL. LEI N 7.612 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite**: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm).

BRASIL. LEI N 9.394, DE DEZEMBRO DE 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE , LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)

CARVALHO, B. S. da S.; NASCIMENTO, L. F. do. **O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina – PI.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 28, n. 53, p. 677–690, 2015. DOI: 10.5902/1984686X17327. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17327>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CHRISTOVAM, A. C. C.; CIA, F. **Comportamentos de pais e professores para promoção da relação família e escola de pré-escolares incluídos.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 133–146, 2016. DOI: 10.5902/1984686X13441. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13441>. Acesso em: 16 mar. 2022.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DRAGO, R.; DIAS, I. R. **O bebê com síndrome de Down na de educação infantil: um estudo de caso.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 30, n. 58, p. 515–528, 2017. DOI: 10.5902/1984686X24260. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24260>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade.** Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FERREIRA-DONATI, G. C.; DELIBERATO, D. **Educação familiar em linguagem infantil: contribuições do grupo focal.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 31, n. 60, p. 139–152, 2018. DOI: 10.5902/1984686X18932. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18932>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico.** São Paulo: Atual, 1997.

GONÇALVES, L. M.; MIETTO, G. S. de M. **Educação Precoce: Interações Triádicas e Sistemas Semióticos.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 34, p. e56/1–29, 2021. DOI: 10.5902/1984686X64551. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/64551>. Acesso em: 16 mar. 2022.

JESUS, L. T. B. de; SAMPAIO, A. da S. S.; BONILLA, M. H. S. **Tecnologia assistiva para crianças cegas: produtos de apoio para a mobilidade pessoal.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 165–180, 2014. DOI: 10.5902/1984686X13635. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/13635>. Acesso em: 16 mar. 2022.

KULLOK, Maisa Gomes Brandão. **Relação professor-aluno: Contribuição prática.** Maceió; EDUFAL, 2002.

MACHADO, L. M. da C. V.; VICTOR, S. L. **A criança surda: a infância na constituição de um espaço pedagógico que se ocupe da diferença.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 28, n. 53, p. 623–634, 2015. DOI: 10.5902/1984686X18874. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18874>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MACHADO, M. A. M. **Perspetivas de famílias sobre as práticas de Intervenção Precoce na Infância: o que nos diz a literatura.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e26/ 1–19, 2019. DOI: 10.5902/1984686X29789. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/29789>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MENEZES, A. L.; ALVES, C. B. **Audiodescrição como ferramenta do Desenho Universal para a Aprendizagem: inclusão de crianças com deficiência visual na Educação Infantil.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 34, p. e51/1–20, 2021. DOI: 10.5902/1984686X66118. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/66118>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Tradução: Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NASCIMENTO, L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil.** 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

OLEQUES, L. C. **Desenho e escrita: características na produção gráfica de duas crianças com Síndrome de Down.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 41–52, 2016. DOI: 10.5902/1984686X18141. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/18141>. Acesso em: 16 mar. 2022.

OLIVEIRA, I. A. R. **Sociabilidade e direito no liberalismo nascente.** Revista Lua Nova, n. 50, 2000, v. II.

OLIVEIRA, I. M.; VICTOR, S. L. **A criança com autismo na brinquedoteca: percursos de interação e linguagem.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 31, n. 62, p. 651–664, 2018. DOI: 10.5902/1984686X29281. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/29281>. Acesso em: 16 mar. 2022

PAVÃO, M. R.; GUALDA, D. S.; CIA, F.; SANTOS, L. S. dos; CHRISTOVAM, A. C. **Rotina e necessidades de apoio: relato de familiares de crianças de zero a dois anos Público Alvo da Educação Especial.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 31, n. 61, p. 447–462, 2018. DOI: 10.5902/1984686X26233. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/26233>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PRIETO, R. G. **Atendimento Escolar de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil.** In: ARANTES, V. A. (Org.). *Inclusão escolar.* São Paulo: Summus, 2006. P. 31-103.

QUILES, R. E. S. **Educação de surdos e deficientes auditivos: uma análise dos indicadores sociais.** *Revista Educação Especial, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 53–66, 2014.* DOI: 10.5902/1984686X4834. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4834>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RADABAUGH, M.P. **NIDRR's Long Range Plan - Technology for Access and Function Research Section Two: NIDDR Research Agenda Chapter 5: TECHNOLOGY FOR ACCESS AND FUNCTION.** Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3472541/mod\\_resource/content/1/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3472541/mod_resource/content/1/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf) >

ROCHA, A. N. D. C.; DELIBERATO, D.; ARAÚJO, R. de C. T. **Procedimentos para a prescrição dos recursos de tecnologia assistiva para alunos da educação infantil com paralisia cerebral.** *Revista Educação Especial, [S. l.], v. 28, n. 53, p. 691–708, 2015.* DOI: 10.5902/1984686X14398. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14398>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ROCHA, K. C. C. da; GARRUTTI-LOURENÇO, E. A. **A criança com deficiência visual em situações de brincadeiras na Educação Infantil.** *Revista Educação Especial, [S. l.], v. 28, n. 52, p. 339–350, 2015.* DOI: 10.5902/1984686X14841. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14841>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RODRIGUES, D. (2000). **O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível.** *Inclusão, 1, pág 10.*

SALGADO, S. da S. **Inclusão e processos de formação.** In: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (Orgs.). *Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.* São Paulo: Cortez, 2006. p. 60.

SEABRA JÚNIOR, M. O.; FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. **Formatação ilustrativa e descritiva de estratégias e recursos pedagógicos para o ensino de alunos cegos e com baixa visão em ambientes inclusivos.** *Revista Educação Especial, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 13–26, 2014.* DOI: 10.5902/1984686X5707. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5707>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SILVA, J. R. S.; ASSIS, S. M. B. **Grupo focal e análise de conteúdo como estratégia metodológica clínica qualitativa em pesquisas nos distúrbios do desenvolvimento.** *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.10, n.1, p.146-152, 2010.*

SILVA, M. O. da. **A convivência entre crianças com e sem deficiência e o papel do professor na educação infantil.** *Revista Educação Especial, [S. l.], v. 31, n. 60, p. 107–118, 2018.* DOI: 10.5902/1984686X24604. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24604>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SILVA, S. P. N.; WALTER, C. C. de F.; NUNES, L. R. d'Oliveira de P. **Avaliação dos efeitos de um programa de leitura e comunicação para crianças com autismo.**

Revista Educação Especial, [S. l.], v. 32, p. e120/ 1–22, 2019. DOI:

10.5902/1984686X40898. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/40898>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SOUZA, M. da G.; NUNES, D. R. de P. **Consultoria Colaborativa na Educação Infantil: análise de intervenção envolvendo aluno com autismo.**

Revista Educação Especial, [S. l.], v. 33, p. e67/ 1–25, 2020. DOI: 10.5902/1984686X48492.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/48492>.

Acesso em: 16 mar. 2022.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar.** In: I ENCONTRO

DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII

SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. Arq. Mudi. Periódicos.

TÉDDE, Samantha. T254c - **Crianças com deficiência intelectual: a**

**aprendizagem e a inclusão** / Samantha Tédde. Americana: Centro Universitário

Salesiano de São Paulo, 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação). UNISAL

– SP.

TEIXEIRA, C. T.; RAMPELOTTO, E. M. **Adoção de crianças público-alvo da**

**Educação Especial: adaptação familiar e o contexto escolar.** Revista Educação

Especial, [S. l.], v. 30, n. 57, p. 163–174, 2017. DOI: 10.5902/1984686X17191.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17191>.

Acesso em: 16 mar. 2022.

TENOR, A. C.; DELIBERATO, D. **Estratégias de mediação para o conto e reconto**

**de histórias para alunos surdos.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 29, n. 56, p.

681–694, 2016. DOI: 10.5902/1984686X17172. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17172>. Acesso em: 16 mar.

2022.

VAZ, Kamille. **O professor de Educação Especial nas Políticas de Perspectiva**

**Inclusiva no Brasil: Concepções em disputa.** 2013. 237 f. Dissertação (Mestrado

em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.